

Visões sobre a África: representações e estereótipos coloniais nas capas da revista *Visão*, Portugal (2006-2019)<sup>1</sup>

Visions about Africa: representations and colonial stereotypes on the cover of *Visão* magazine, Portugal (2006-2019)

Anderson Ribeiro Oliva\*

**Resumo:** O presente ensaio analisou as representações sobre a África e os africanos nas capas das edições da revista portuguesa *Visão*, publicadas entre 2006 e 2019. Os resultados obtidos pela investigação, referenciados pelos estudos africanos e culturais, identificaram a existência de dois eixos discursivos hegemônicos. O primeiro associa a África às narrativas eurocêntricas e colonialistas. O segundo veicula referências racistas e estereotipadas. Esses discursos se reinscrevem no cotidiano das notícias e (re)produzem imagens negativas, estruturadas pelas representações coloniais, racistas e por novas fórmulas de subalternização e inferiorização do continente.

**Palavras-chave:** Africanos; representações coloniais; revista *Visão*.

**Abstract:** This essay analyzed the representations about Africa and Africans on the covers of the editions of the Portuguese magazine *Visão*, published between 2006 and 2019. The results obtained, referenced by African and cultural studies, identified the existence of two hegemonic discursive axes. The first associates Africa with Eurocentric and colonialist narratives, and the second conveys racist and stereotyped references. These images are reinserted in the daily news and (re) produce negative discourses, structured by colonial representations and new formulas of subordination and inferiorization of the continent.

**Keywords:** Africans; colonial representations; *Visão* magazine.

---

<sup>1</sup> Este artigo resulta de investigação que recebeu apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), por meio de bolsas para pós-doutorado. Os períodos de pesquisa junto aos arquivos da Biblioteca Nacional de Portugal ocorreram entre os meses de fevereiro e julho de 2015, e agosto de 2019 a fevereiro de 2020, com apoio da Universidade de Lisboa (UL) e do Centro de Estudos sobre a África e o Desenvolvimento do ISEG-UL, Portugal – processo CAPES-BEX 6168/14-0 e Edital FAPDF 05/2018.

\*\* Historiador e Professor Associado na área de História da África do Departamento de História da Universidade de Brasília. É investigador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - Neab, do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e Gênero- Geppherg e do Laboratório de Ensino de História - LABEH, todos vinculados à UnB.

A identidade do colonizado, bem como a do colonizador, constitui-se na encruzilhada entre a elipse, o desprendimento e a retoma. Esse vasto campo de ambivalência e os considerandos estéticos dessa imbricação e os seus efeitos paradoxais têm sido alvo de inúmeras análises. A crítica do humanismo e do universalismo europeus no pensamento pós-colonial não é um fim em si, lança os fundamentos de uma nova interrogação acerca da possibilidade de uma política do semelhante [...]. Essa inscrição no futuro, na busca interminável de novos horizontes do homem, é um aspecto desse pensamento que muito frequentemente se olvida. (Achille Mbembe, 2014)

## Introdução

No dia 02 de julho de 1998 circulava em Portugal a edição 276 da revista *Visão*<sup>2</sup>. Em



Revista *Visão*, nº 276, 2 de julho 1998.  
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

meio às chamadas sobre a Exposição Mundial que ocorreria em Lisboa naquele ano (a “Expo 98”) e o Campeonato mundial de Futebol na França, a capa daquele número exibia uma imagem desconcertante, racista, colonial e sexista. A reportagem principal fundia as notícias sobre o aumento das ações de cooperação entre Portugal e alguns países africanos<sup>3</sup> com parte dos ingredientes mais insinuantes e violentos do colonialismo encontrados no imaginário português acerca de África, inclusive no período pós-colonial. Sem rodeios e com apelos a uma memória subalterna de África, a capa veiculava a imagem de uma jovem mulher negra, aparentemente sem roupas ou

<sup>2</sup> Periódico semanal de notícias que entrou em circulação no primeiro semestre de 1993 (a primeira edição foi lançada em 25 de março daquele ano). Os exemplares agora analisados foram consultados no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal em Lisboa.

<sup>3</sup> A referência utilizada pela revista foi “ex-colónias”, expressão que possui evidentes resquícios da perspectiva colonialista. Essa é uma forma usada com recorrência na comunicação social para se referir aos cinco países africanos ocupados colonialmente por Portugal: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

seminua, envolvida pela bandeira de Portugal com um mapa do continente africano ao fundo. Ao cenário iconográfico apresentado somava-se a seguinte manchete: “Os investimentos aumentam, a cooperação não satisfaz, a diplomacia agita-se, o País tem as ex-colônias no coração. É, neste sentido, A África Portuguesa”<sup>4</sup>.

A representação era simbolicamente perturbadora e o periódico sintetizava algumas das mais fortes referências imagéticas produzidas pelas narrativas coloniais portuguesas sobre o continente e suas populações: dominação, subalternização, erotização e a ideia de que existiria, ainda, uma África portuguesa. Estas imagens sobreviveram ao fim do domínio colonial e se reinventaram no contexto pós-colonial. A imagem da jovem mulher, evidentemente erotizada, estava marcada por uma invisibilidade histórica injustificável acerca das violências coloniais, inclusive nas relações de gênero. A jornalista e pesquisadora Sònia Casas Codinach, do Centro de Estudos Africanos de Barcelona (*Centre d'Estudis Africans i Interculturals*), ao analisar as abordagens sobre a África na revista *National Geographic* entre 1989 e 2013, chegou a uma conclusão parecida. De acordo com a investigadora, “a reprodução destas mulheres seminuas tem sido interpretada como uma ‘pornografia suave cientificamente legitimada’ [...] e tem contribuído indiretamente na exploração sexual das mulheres do Terceiro Mundo por parte dos ocidentais” (CODINACH, 2013, p. 3).

Soma-se ao argumento visual sexista a narrativa colonial do título na capa, marcada pela colonialidade do poder<sup>5</sup>. Ela enfatizava, justamente, a relação de Portugal com as “ex-colônias”, sugerindo ainda existir uma África portuguesa. A memória do período colonial é estruturante da notícia e a ideia de que “o País tem as ex-colônias no coração”<sup>6</sup> só pode ser compreendida como uma definição forjada pela lógica do (ex)colonizador, nunca do “(ex)colonizado”.

<sup>4</sup> VISÃO, n. 276, 2 de julho de 1998.

<sup>5</sup> “A colonialidade não significa o mesmo que o colonialismo. O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, o que transforma essa nação em um império. Diferenciando-se desta ideia, a colonialidade refere-se a um padrão de poder que surgiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de limitar-se a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, ele se refere à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas são articuladas entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, embora o colonialismo preceda à colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela é mantida viva em manuais de aprendizagem, no critério para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, na autoimagem de povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos da nossa experiência moderna” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131, tradução do autor).

<sup>6</sup> VISÃO, n. 276, 2 de julho de 1998.

Apesar de estar fora do recorte temporal proposto para análise pelo presente ensaio e já ter sido abordada em artigos anteriores (OLIVA, 2010, p. 168-170; OLIVA, 2011, p. 1-19), analiso essa capa para contextualizar a reflexão agora tentada.

Em geral, o discurso produzido por esse periódico português (criado no começo da década de 1990) sobre a África e os africanos reproduz (ao mesmo tempo em que alimenta) o imaginário colonial e racista de parte da população portuguesa sobre aquele continente, suas populações e sobre os afrodescendentes em Portugal. Uma investigação anterior já havia mapeado os discursos de *Visão* sobre a África nas edições publicadas entre 1993 e 2006. Para aqueles anos foram localizadas 12 capas que dedicavam à África sua chamada principal. A imagem mais poderosa reproduzida sobre o continente expressava um tipo de “memória colonial”, uma persistente forma de pensar alguns países africanos ainda como um espaço colonial português, como uma “África portuguesa”, mesmo no contexto pós-colonial (OLIVA, 2010). Novamente, essas ideias ou imagens sobre o continente só faziam algum sentido a partir das experiências e das lógicas vivenciadas pelos (ex)colonizadores. Naquele estudo foram identificados e analisados quatro conjuntos de representações nas quais as 12 capas de *Visão* poderiam ser classificadas.

[...] ao realizarmos um outro recorte na distribuição dessas revistas, agora por proximidade temática, poderemos vislumbrar um quadro bastante revelador e, de certa forma, bem próximo de algumas representações e imagens mais recorrentes da África no imaginário coletivo português. Neste caso, agrupamos as revistas em outras quatro categorias: a “África Portuguesa” ou a presença portuguesa em África (cinco capas), Conflitos e Guerras (quatro capas), Tragédias africanas (duas capas) e Apartheid/Pós-Apartheid (uma capa). (OLIVA, 2010, p. 161)

Essas representações se confundiam (como imagens originadas, perpetuadoras e fundadoras de outras) com os conjuntos de ideias que circularam durante décadas e que ainda eram (são) hegemônicas nas formas discursivas produzidas pelos portugueses sobre a África. De acordo com a historiadora portuguesa Isabel Castro Henriques construiu-se ao longo dos séculos que marcaram as relações entre europeus e africanos, a partir da invenção da modernidade europeia (século XV em diante), uma grelha de observação que se “traduziu na consolidação de imagens, estereótipos e de preconceitos. (...) Estes preconceitos

pertencem à criação de um imaginário aplicado durante séculos aos africanos e que ainda não desapareceu inteiramente” (HENRIQUES, 2011, p. 15). Esse imaginário foi atualizado durante o período colonial, nos séculos XIX e XX, pelas guerras de libertação, na segunda metade do século XX, e pelo contexto pós-colonial, marcado pela imigração africana e pela formação de duas ou três gerações de afrodescendentes nascidos em Portugal.

Façamos uma breve interrupção sobre essa narrativa, para que eu possa apresentar o tema do ensaio, somente agora enunciando. Minha intenção principal foi propor uma reflexão circunstanciada sobre alguns componentes dos discursos e representações construídos sobre África e os africanos em Portugal a partir das capas da Revista *Visão*, publicadas entre os anos 2006 e 2019. Esse periódico semanal de informações gerais entrou em circulação em 1993 e de acordo com a Associação Portuguesa para o Controlo e Tiragens de Circulação, entre os anos de 2006 e 2012, teve uma tiragem e circulação média de cem mil exemplares por semana. Já entre os anos de 2012 e 2015, talvez como reflexo da crise econômica europeia e do aumento do consumo de notícias em formato digital, a tiragem e a circulação caíram para algo próximo de 90 a 80 mil exemplares. Por fim, entre 2016 e 2019, a tiragem semanal foi algo próximo dos 40 mil exemplares, caindo ao longo desses anos. Mesmo assim, essa revista é, em seu seguimento editorial, o periódico de maior consumo naquele país<sup>7</sup>.

Na escolha do material a ser analisado identifiquei as edições com reportagens de capa veiculadas sobre eventos/temáticas ocorridos ou relacionados à África ou tendo africanos como personagens principais. Ao todo, das 725 edições semanais publicadas entre janeiro de 2006 e dezembro de 2019, localizei 14 capas<sup>8</sup> com esses recortes.

Dentro do recorte de tempo eleito para a investigação pude ainda encontrar fortes sinais de uma série de representações específicas produzidas em contextos temporais mais alargados, como as moldadas no período colonial. Mas, também, foi possível identificar outros componentes de discursos que circulam atualmente em Portugal e que se associam às questões pós-coloniais como a imigração, o aumento da população afrodescendente em Portugal e os fenômenos do racismo e da xenofobia (HENRIQUES, 2016 e 2018).

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.apct.pt/analise-simples>, acesso em 27.08.2019.

<sup>8</sup> Na investigação também identifiquei 12 capas da revista que abordavam temas relacionados à imigração africana para Portugal e para a Europa e casos de racismo e xenofobia. Essas capas serão abordadas em outro ensaio. Como já comentei, a consulta a maior parte das edições da revista foi realizada junto ao acervo da Biblioteca Nacional de Portugal e as séries anuais das edições de *Visão* apresentavam algumas ausências, o que não me permite afirmar que são apenas essas as capas dedicadas ao assunto.

Essas representações não são (nunca foram) homogêneas e possuem vários pontos de intersecção, complementação e rejeição. Mesmo assim, parcialmente, podem revelar como as relações tecidas entre Portugal e o continente africano foram influenciadas pelos mecanismos utilizados no exercício de diferenciar, incorporar ou rejeitar ao outro/africano e de descrever a África a partir das narrativas coloniais e racistas. Neste cenário, principalmente, não podemos esquecer dos tratos cotidianos entre os portugueses brancos, os milhares de africanos imigrantes e da população afrodescendente portuguesa, ou seja, os portugueses negros, que integram um país multicultural e plural. Apesar de muitos setores da sociedade portuguesa, e uma parte de suas instituições, não reconhecerem a existência e as identidades dos grupos minoritários (negros, ciganos e imigrantes), reflexos do forte racismo institucional que vigora naquele país, é fundamental compreender como seus discursos sobre esses grupos são produzidos, já que eles participam da construção de práticas excludentes, violentas e discriminatórias. A comunicação social, os textos escolares e as conversas cotidianas são importantes fontes de compreensão de como os diversos grupos em uma sociedade ocupam espaços de poder e controlam a política de representações (DIJK, 1988, p. 131-180).

Como metodologia para análise das representações sobre a África nessas edições da revista *Visão* realizei os seguintes procedimentos. Classifiquei as capas em duas categorias ou conjuntos discursivos que nos auxiliam a perceber, nos discursos veiculados (imagéticos e textuais), uma série de padrões de representação. Procurei observar e analisar os dispositivos imagéticos e textuais empregados para descrever ou apresentar os eventos e contextos africanos noticiados. Como a ênfase recaiu nas capas, com o seu poder de convencimento sobre o leitor e de seu forte apelo comercial, optei por não incluir no presente ensaio as análises das reportagens apresentadas no corpo das revistas. Os dois conjuntos de representações identificados - a “África Portuguesa” e a “África caótica” - estão descritos a seguir.

A “África Portuguesa” possui ênfase nas memórias do tempo colonial ou nas imagens dos europeus em “missões humanitárias”, como cooperantes, empresários e no papel de investidores em África. Nesse conjunto foram classificadas 7 das 14 capas localizadas. As notícias enfatizavam a presença de portugueses no continente, principalmente no período pós-colonial. A lógica da missão humanitária divide espaço com as notícias sobre o deslocamento de milhares de portugueses para Angola durante a crise econômica europeia

iniciada em 2009. O interessante é que nas capas de *Visão* eles são representados como investidores ou mão de obra altamente qualificada, e não como “imigrantes”.

O segundo conjunto foi denominado de a “África caótica”, com duas linhas editoriais muito próximas. A primeira retrata um continente miserável e populações em situação de pobreza e fome. A segunda apresenta os conflitos políticos, casos de corrupção e violência, veiculando imagens negativas sobre o continente, só que relacionadas ao campo da política. As sete (7) capas desse conjunto reproduzem os discursos já mapeados que retratam a África como um continente mergulhado no caos no período pós-independência.

Analisar as possíveis imagens, ideias e formas de representação fabricadas ou reproduzidas pelas capas de *Visão* sobre os africanos e a África não é uma tarefa simples. Mas o esforço em identificar discursos colonialistas, racistas e subalternizantes é uma ação sempre necessária. No presente ensaio tratarei apenas o primeiro grupo de revistas aqui mencionado, com as representações sobre a “África Portuguesa”. Antes de incursionarmos sobre as capas de *Visão* farei um pequeno aparte para situar meu entendimento acerca do debate acadêmico dedicado a refletir sobre as representações da África e seus estereótipos, que é denso e diversificado.

### **Representações e estereótipos sobre a África e os africanos**

A historiografia especializada nesse tema, apesar dos múltiplos recortes temporais apresentados, obteve resultados muito parecidos com aqueles encontrados agora por este ensaio (HENRIQUES, 2004 e 2011a; OLIVA, 2010, p. 19-105; OLIVA, 2007). Defendo ainda um necessário diálogo com a produção científica vinculada às diversas áreas das ciências sociais, como mecanismo fundamental para a elaboração de um amplo quadro diagnóstico sobre as imagens e discursos associadas aos africanos. O exercício de historicizar à produção dessas representações permite compreendê-las como construções historicamente situadas, algo que é fundamental para um trabalho como o agora apresentado.

Por exemplo, uma das investigações realizadas anteriormente dedicou-se a observar dois objetos relevantes dessas construções, até então muito pouco abordados em Portugal: as narrativas sobre a história africana nos manuais didáticos do 3º ciclo escolar (6º, 7º e 8º anos) publicados entre 1990 e 2005 (OLIVA, 2020, p. 219-288); e, as representações sobre a África veiculadas nas capas da revista *Visão*, entre 1993 e 2006 (OLIVA, 2007, p. 108-132). As

consultas aos trabalhos que analisaram as representações sobre os africanos entre os séculos XIX e XX foram fundamentais na montagem de um quadro descritivo sobre as imagens e ideias sobre os africanos que circularam e que, ainda, circulam em Portugal no século XXI. A elas somam-se os estudos acerca da historicização desses discursos no decorrer da modernidade europeia e que se confundem com a expansão marítima, a escravização de milhões de africanos e a violenta colonização das Américas, indo dos séculos XV ao XIX.

A historiadora Isabel Castro Henriques realizou um dos mais completos trabalhos de investigação acerca das relações históricas e representacionais entre europeus e africanos. Henriques localizou algumas formas ou conjuntos fixos de imagens empregados na construção dos discursos sobre a África até o final do século XX em Portugal (HENRIQUES, 2004, p. 51 e 304).

Sintetizado o argumento [...], esses instrumentos teórico-ideológicos foram os seguintes: o “papel pioneiro de Portugal no processo de expansão europeia”; “a ideia da superioridade do branco/civilizado contrastando com a inferioridade do negro/primitivo”; a “ideia da missão civilizadora dos portugueses”; “a presença multissecular de Portugal em África”; a “natureza tropicalista do povo português”; e, por fim, a “ausência de racismo dos portugueses”. (OLIVA, 2010, p. 108)

Passados alguns anos, Henriques completou sua análise com outros dois consistentes estudos (HENRIQUES, 2009 e 2011) envolvendo a presença ou a herança africana em Portugal. A investigadora defendeu que a perspectiva histórica “do processo de construção, consolidação, renovação, recuperação, eliminação, modificação de grelhas classificatórias permite-nos compreender o modo como foi sedimentado no imaginário europeu [...] a desvalorização dos africanos” (HENRIQUES, 2011, p. 16). Já nas primeiras descrições produzidas em Portugal, ainda em meados do século XV, se percebia um discurso organizado ou centrado “em torno das características somáticas”, marcado pela “hierarquização dos corpos e das ‘raças’, definindo uma grelha classificatória que os séculos seguintes viriam reforçar” (HENRIQUES, 2011, p. 9).

Ainda de acordo com Henriques, com um aumento expressivo da presença de africanos escravizados em algumas regiões portuguesas até o século XVIII, chegando a representar 10% da população de Lisboa, por exemplo, outros ingredientes foram



adicionados às fórmulas sociais e imagéticas elaboradas para classificar e pensar os africanos. Definidos e “valorizados como mercadorias, os africanos negros, eram desvalorizados como seres humanos e ‘animalizados’” (HENRIQUES, 2011, p. 12). Esse processo de desumanização terá sido profundo, tanto em sua dimensão temporal como espacial, chegando às Américas e ao século XIX. Neste período, os discursos sobre os africanos criam algumas imagens fixas. Seriam, fisicamente, definidos pela cor da pele negra, sendo descritos nos textos produzidos por diversos autores como “os pretos”. Em sua inscrição na sociedade estariam reduzidos à condição da escravatura, imagem fixada na literatura pelo papel de “escravos”, sendo tratados e representados como mercadorias e mão de obra, ao mesmo tempo (HENRIQUES, 2019, p. 129-172). As diferenças culturais e somáticas seriam ainda fundidas com o esforço em desumanizar essas populações, animalizando-as, seja pela violência física, simbólica ou discursiva (OLIVA, 2010, p. 47-105).

Nos séculos XIX e XX as formas de enxergar e definir os africanos seriam moldadas pelas experiências do colonialismo e do racismo científico. Segundo Henriques (2009, p. 183) “a situação de inferiorização dos africanos sofreu aliás modificações negativas, em consequência de novas realidades teórico-ideológicas e político-militares, que marcaram, (...) as relações com a África (...) durante os longos anos da dominação colonial portuguesa”. A imagem do africano escravizado e transformado em mercadoria seria fundida a partir de então com a figura do “indígena”, constituída pelas suas supostas inferioridade e selvajaria, marcas deixadas pelas leituras racistas produzidas na passagem entre esses dois séculos.

O século XX e a dominação colonial, sobretudo a partir de 1926, impuseram a necessidade de levar a cabo operações destinadas a desvalorizar o africano, assim como as suas práticas civilizacionais, organizando exposições coloniais – uma espécie de “jardins zoológicos” humanos – (...). Mostrava-se, assim, o carácter primitivo dos africanos e, naturalmente, as vantagens da colonização portuguesa. Tal situação traduziu-se no reforço das ideias secularmente enraizadas no imaginário português, em que o somático, “o preto”, e o social, “o escravo”, se articulavam para definir o africano. As guerras coloniais reforçaram a ideia de sua selvajaria, transformando o antropófago em terrorista. (HENRIQUES, 2011, p. 18)

Com as independências dos países africanos sob domínio colonial português, já próximo do último quartel do século XX, ocorreu um aumento do fluxo de imigrantes africanos para Portugal, acompanhado pela formação de, pelo menos, duas ou três gerações de afrodescendentes portugueses nascidos já no período pós-colonial. No entanto, as representações sobre os africanos sofreram poucas variações. Me parece evidente que a conjuntura histórica do final do século XX e início do XXI deveria informar o redesenho dos discursos produzidos pelos portugueses sobre a África e os africanos. Entre os anos 1980 e 2000, as novas faces da globalização, as políticas do multiculturalismo, o ingresso de Portugal na União Europeia, as excludentes ações estatais baseadas no neoliberalismo, as crises econômicas e políticas nos países africanos e europeus também integravam esse cenário. A grave crise econômica europeia do final da primeira década do século XXI e o crescimento da extrema direita e do nacionalismo xenófobo na política global da atual década lançaram sobre as minorias, os imigrantes e os africanos novas cargas de imagens negativas e de discursos de ódio (PRIES; BEKASSOW, 2015, p. 176-211).

Dessa forma, traços marcantes das imagens fabricadas no passado, recente ou distante, continuam a se insinuar no presente e na construção desses estereótipos. De “escravo” a “indígena”, de “indígena” a “imigrante”, as imagens que definiam os africanos e construía o lugar ocupado pela África no imaginário português continuam a compartilhar alguns dos sentidos do colonialismo, da inferiorização, do racismo e da desumanização, apesar de algumas modificações observadas (HENRIQUES, 2019 e OLIVA, 2009).

Por fim, Henriques (2011, p. 17) afirma que apesar dessa “visão redutora do homem negro, o preconceito, essa ‘contra-herança’ robusta que construímos e deixámos consolidar, não impediu que os africanos (...) se tornassem uma presença estruturante da sociedade portuguesa”. No entanto, a violência presente em algumas definições sobre os africanos na segunda metade do século XX não desapareceu e “põe-nos perante a necessidade de reflectir sobre a nossa maneira de inferiorizar o Outro, que não pode senão ser a causa de todas as nossas desgraças!” (HENRIQUES, 2009, p. 225-226).

Ora, o que os documentos nos revelam é precisamente a contribuição dos africanos, através do trabalho, da produção, da religião, das atividades lúdicas, da sexualidade, do casamento, da participação na guerra, para a construção da sociedade portuguesa. Mas os últimos vinte anos têm vindo a mostrar a eliminação de algumas formas estereotipadas que organizavam

o nosso modo de olhar o africano ou o português negro [...]; embora se registem ainda inúmeros actos de discriminação que, se assentam nos velhos preconceitos, são também consequência dos novos problemas e das novas regras da globalização (...). (HENRIQUES, 2009, p. 225-226)

Já o sociólogo e teórico da comunicação jamaicano Stuart Hall afirma que “todos os sentidos” das representações “são produzidos dentro da história e da cultura”, não podendo ser fixados naturalmente. Ou seja, eles são resultados do “processo histórico” (HALL, 2016, p. 59), sinalizam para o que ele denominou de “jogo de deslizamento dos sentidos, produção de novos sentidos e novas interpretações”. Mas, as “práticas de significação de fato estruturam nosso olhar” sobre o outro e a “violência, a fantasia e o desejo atuam nessas mesmas práticas, tornando-as mais complexas e mais ambíguos seus sentidos” (HALL, 2016, p. 28). Ainda segundo Hall (2016, p. 31), a “representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos”. Mas, o que é ainda mais importante para a compreensão das representações, é que “o sentido não está no objeto, na pessoa ou na coisa. Somos nós que fixamos os sentidos, ele é (...) construído pelo sistema de representação” (HALL, 2016, p. 43).

Vejamos, portanto, como os discursos e as representações sobre a África foram produzidos e compartilhados nas capas da revista *Visão* em suas edições publicadas nas duas primeiras décadas do século XXI.

### **Visões sobre a África. Estereótipos coloniais a partir de um contexto pós-colonial**

Em minhas incursões pelos mais de 700 números da revista *Visão*, publicados entre janeiro de 2006 e dezembro de 2019, localizei 14 capas dedicadas a abordar temas e eventos associados ao continente africano. Como informei na parte introdutória do ensaio, as representações e discursos elaborados sobre a África nesse periódico foram classificados em duas categorias: “África Portuguesa” e “África caótica”.

Não me preocupei, nessa organização inicial, com o ordenamento cronológico em relação as datas de publicação dos exemplares selecionados. Mas, por óbvio, ao analisar de forma mais atenta os conjuntos formados pelas edições irei tecer comentários sobre os diferentes contextos temporais nos quais eles foram publicados. Adianto apenas que o

período em questão, 2006 a 2019, foi marcado por duas grandes conjunturas principais que, em parte, se revelaram nas temáticas das reportagens publicadas, associadas e condicionadas aos sistemas de representação anteriormente utilizados pelos portugueses para pensar a África. A primeira refere-se a grave crise econômica europeia e portuguesa da primeira metade da década de 2010, que forçou milhares de jovens profissionais e empresários portugueses à emigração. Angola foi um dos destinos eleitos por milhares desses portugueses. Os números são contraditórios, já que esbarram nos registros que revelam a existência dos milhares de lusodescendentes vivendo naquele país africano. Mas, estima-se que em 2015 seriam 200 mil portugueses ali residentes (SOUSA GALITO, 2015). A segunda conjuntura refere-se à crise econômica e política que dominou o cenário angolano a partir de 2014, resultando na saída da presidência de Eduardo dos Santos, em 2018, e nos questionamentos sobre a fortuna associada a ele e aos seus filhos.

A categoria que analiso no presente ensaio, a “África Portuguesa”, reúne um número expressivo de capas, com 7 exemplares, ou 50% do total das revistas mapeadas. A maior ênfase se concentrou nas notícias que retratavam a África (principalmente Angola) com um discurso simbiótico, construído pelas memórias ou “saudades” coloniais e pelas questões do tempo presente. As possibilidades de investimento, o fluxo de emigrantes portugueses (formado por empresários e profissionais qualificados), o sentido de “aventura” em desembarcar em África (sem o domínio colonial português), as crises políticas e o fim do “sonho africano” (com a crise econômica e política em Angola a partir de 2014), foram as temáticas prevaletentes. Cinco revistas apresentavam essas mensagens em suas chamadas principais. Também identifiquei duas capas com imagens dos europeus em “missões humanitárias” ou de cooperação pelo continente, que é outro forte ingrediente das narrativas coloniais e racistas que estruturam a forma de pensar o papel dos europeus em África, seja no século XIX ou no XXI.

Algumas dessas representações e discursos se entrecruzam, o que revela uma política de representações e dispositivos narrativos marcadamente negativos sobre a África. Optei, por fim, em distribuir minha análise em dois tópicos, reservando atenção para esses conjuntos de representações enunciados acima.

### “A África portuguesa”. Imagens coloniais em espelhos pós-coloniais

A ideia de que ainda existiria uma “África Portuguesa”, reproduzida nas capas de Visão, não é uma novidade na linha editorial desse periódico português. Em investigação anterior, realizada com os exemplares da revista publicados entre 1993 e 2006, foram identificadas 12 capas que dedicavam à África sua temática principal (OLIVA, 2007, p. 115-120). Entre elas, cinco concediam ênfase à presença de portugueses no continente, seja em eventos ocorridos no período correlato à data da publicação das edições, ou então, como um cenário colonial a ser lembrado de forma saudosista, em uma celebração da história colonial. Naquela ocasião chegou-se a seguinte conclusão sobre a construção desses discursos que, em parte, poderia ser repetida para a presente investigação.

[...] não nos surpreendemos em constatar que o maior número de capas reunidas sob uma temática enfocasse justamente a presença de portugueses em algumas de suas regiões ou reproduzisse a ideia de uma África portuguesa. Tal fato se explica, entre outros fatores, pelas reminiscências no imaginário português das influências de uma ideologia nacionalista que tingiu o sistema educacional e a sociedade portuguesa do final do século XIX até meados da década de 1970 [...]. Ou ainda pelos resultados da presença colonial portuguesa ao longo do século XX [...]. Neste caso, a revista funciona com um revelador espelho do imaginário português. Em certos momentos, a África é percebida como um objeto nostálgico, a partir da ótica dos portugueses retornados ou que lá permaneceram após as independências africanas. Em outros, é entendida como um espaço de intervenção contemporâneo de Portugal, com seus projetos de cooperação nos mais diversos campos de atuação. (OLIVA, 2010, p. 166-167)

O quadro agora diagnosticado não foi muito diferente. Identifiquei sete capas de Visão com discursos que enfatizavam, justamente, esses dois aspectos, ou seja, a presença portuguesa em África ou a ideia de que ainda existe uma África portuguesa. O primeiro enfatiza uma forte componente do imaginário colonial do século XIX, que percebia a África como um cenário para missões civilizatórias e para expedições de aventureiros em busca de riquezas. Duas capas se encaixam nesse perfil. O segundo grupo, com cinco capas, abordou os fluxos de investimento econômico e de emigração de portugueses para Angola, entre 2006 e 2015, acentuados pela grave crise econômica que Portugal submergiu entre 2009 e 2015. Concedeu-se destaque também ao refluxo de emigrantes, causado pela crise econômica

angolana, a partir de 2015. Nestas capas, a mensagem mais marcante era a existência de uma Angola portuguesa, com fortes traços de uma memória produzida pela lógica do colonizador (neste caso ex-colonizador), que retorna para o “seu antigo espaço de exploração colonial”. Vejamos como as marcas do discurso colonial e racista português sobre a África ainda são hegemônicas nas representações produzidas por esse órgão da comunicação social portuguesa em suas notícias sobre aquele continente.

### Salvar a África, fazer fortuna. Os portugueses entre as “missões humanitárias” e a busca por “aventuras tropicais”

Lembro que a historiadora Isabel Castro Henriques já havia mapeado o que ela chamou de “instrumentos teórico-metodológicos” da ideologia colonial portuguesa em relação à África. Desses conjuntos representacionais (eram seis ao todo), cinco podem aqui ser identificados: “a ideia da superioridade do branco/civilizado contrastando com inferioridade do negro/primitivo”; a “ausência de racismo dos portugueses”; a “ideia da missão civilizadora dos portugueses”; “a presença multissecular de Portugal em África”; e, por fim, a “natureza tropicalista do povo português” (HENRIQUES, 2004, p. 304). Henriques ainda destaca que

Os descobrimentos e a expansão portuguesa numa perspectiva patriótica obsoleta, os feitos heroicos e os factos grandiosos da aventura portuguesa, continuam a merecer, por parte de uma fracção ainda importante dos estudiosos portugueses, a mesma atenção poeirenta marcada pelos mitos do passado recente, deixando de lado questões fundamentais para compreender o Outro, o Mesmo e as relações entre os dois tecidas ao longo dos tempos. (HENRIQUES, 2004, p. 302)

Já o filósofo congolês Valentin Mudimbe também refletiu de forma muito pertinente sobre a produção discursiva e a construção de mitos coloniais e racistas por parte de viajantes, administradores, missionários e comerciantes europeus sobre os africanos. Dois desses mitos também podem ser encontrados em meio aos discursos e representações elaborados nas capas da revista *Visão*. O primeiro refere-se, justamente, ao suposto papel de ajuda humanitária europeia em África, neste caso, atuando contra a escravização e o tráfico de

seres humanos escravizados nos séculos XVIII e XIX, e no “esforço” de cristianizar e “civilizar” aos africanos.

[...] os relatórios de exploradores tinham sido úteis para a abertura do continente africano aos interesses europeus. Mitos sobre “selvagens bestiais”, “esplendores bárbaros”, ou o “túmulo do homem branco”, condiziam muito bem com a “teoria da tropical casa do tesouro”, as promessas da Terra de Ouro ou do Novo Ophir e os princípios humanitários para reprimir o tráfico de escravos e para cristianizar e civilizar os africanos. (MUDIMBE, 2013, p. 37)

O segundo remete justamente à lógica falaciosa das “descobertas” europeias, que encobririam as ações de invasão e exploração do continente, e as narrativas míticas sobre as aventuras dos navegadores e exploradores europeus em África.

A descoberta de África teve lugar no século XV, pelo menos, é essa a indicação da maioria dos livros de história. Os professores ensinam-na e os alunos aceitam-na como verdade. E por que duvidar? Os *media* divulgam a veracidade do facto nas aventuras dos exploradores europeus. Na sua aceção primeira, esta descoberta (ou seja, esta revelação, esta observação) significou e significa ainda a violência primordial transmitida pela palavra. O relato do tráfico de escravos foi narrado em conformidade e o mesmo movimento de redução assegurou progressivamente a invasão gradual do continente. Por conseguinte, tratou-se, sem dúvida, de uma descoberta neste sentido estrito. Contudo, podemos questionar muito seriamente se a descoberta do continente no século XV é, de facto, verdadeira em termos históricos. (MUDIMBE, 2013a, p. 41)

E foram, justamente, essas representações – da missão humanitária e da aventura em busca de riquezas – que puderam ser identificadas nas duas primeiras capas da revista *Visão*



Revista *Visão*, nº 711, 19 de outubro 2006.  
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

aqui selecionadas para análise. Na sua edição de número 711, publicada em outubro de 2006, a reportagem principal recebeu a seguinte chamada: “Renascer em Moçambique. São portugueses, jovens e com formação superior. Histórias de quem trocou o conforto europeu pelo sonho de uma vida livre num dos países mais pobres do mundo”<sup>9</sup>. A reportagem associada à capa abordava o deslocamento para Moçambique de profissionais e de investimentos portugueses. Jovens empresários e profissionais de várias áreas que deixavam a Europa e Portugal e buscavam a África e Moçambique como uma terra dos sonhos, da construção de oportunidades e fortunas.

A imagem da capa é um potente signo visual sobre os discursos eurocêntricos acerca do continente africano. Dois jovens brancos surgem na fotografia em primeiro plano, sorridentes e confiantes, com roupas menos formais do que normalmente utilizariam em seus cotidianos profissionais europeus. O cenário parece ser rural, como se não existisse uma África urbana. Ao fundo dois africanos negros acompanham a ação do fotógrafo em frente a uma casa de palha. A chamada textual auxilia na construção de um contraste fictício entre a “riqueza” e o “conforto” europeus e a “pobreza” e “vidas rústicas” africanas.

A África aparece retratada como sendo um espaço onde a natureza, a vida rural e os aspectos “primitivos” seriam supostamente prevalecentes em relação aos traços urbanos e o conforto da vida “civilizada” ocidental. O chão de terra batida, a vegetação ao fundo e a casa de palha reforçam a mensagem do espaço rural, desconfortável e primitivo em comparação com o asfalto, o concreto e as construções urbanas europeias. Os africanos retratados na fotografia são personagens secundários, coadjuvantes em relação aos protagonistas europeus. A aventura para encontrar o Eldorado africano exigiria dos jovens portugueses

<sup>9</sup> VISÃO, n. 711, 19 de outubro de 2006.



esse sacrifício, ou seja, abandonar o conforto da “civilização europeia” para enriquecer em um local pobre, mas que poderia gerar riquezas, desde que com a presença de brancos empreendedores.

A ideia construída é conhecida, falsa e racista, negando à África a existência de centros urbanos (inclusive nos moldes das modernas cidades europeias), onde as pessoas possam desfrutar dos chamados confortos da “civilização”. Esses centros existem em África, muitos são centenários, historicamente conhecidos e muitos se assemelham aos grandes centros urbanos ocidentais, efeitos do colonialismo e da globalização. Mas, a representação adotada pela revista objetiva estabelecer ou reforçar uma visão dicotômica entre a África e a Europa, entre o urbano e o rural, entre os “selvagens” e os “civilizados”. Mudimbe já havia alertado sobre essa estratégia representacional ou discursiva empregada pelos europeus nas suas construções imaginárias sobre os africanos.

O selvagem (*Silvaticus*) vive nos bosques, nas florestas, bem longe da *polis*, da *urbs*; e, por extensão, “*selvage*” pode designar qualquer ser marginal, forasteiro, desconhecido, diferente e, por isso, inconcebível, cuja presença real ou simbólica na *polis* ou na *urbs* se assume como um acontecimento cultural. (MUDIMBE, 2013a, p. 41)

Mas o problema aqui é ainda maior, pois a ideia ou representação de África revelada pela capa prescreve a existência hierárquica entre modos de vida ou de organização cultural, apontando o estilo supostamente europeu como superior, em uma marcante leitura eurocêntrica, colonial e racista sobre as sociedades africanas.

Já a capa da edição número 736, publicada em 12 de abril de 2007, estampava a seguinte chamada: “A nova vida de Jorge Sampaio. Missão em África. A reportagem em Moçambique, Malawi e África do Sul com o representante da ONU na luta contra tuberculose”<sup>10</sup>. A reportagem tratava de uma das missões do ex-presidente da República Portuguesa (1996 a 2006) em sua tarefa como o primeiro representante especial contra a tuberculose, escolhido pelo então Secretário-geral das Nações Unidas, o ganês Kofi Annan. A fotografia que ilustra a capa é reveladora da representação construída ou reproduzida pela revista. O homem branco europeu (Jorge Sampaio) aparece cercado por várias crianças, vestidas com roupas velhas. A expressão em suas faces é de alguma incerteza em



Revista *Visão*, nº 736, 12 de abril 2007.  
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

relação ao que ocorre. Jorge Sampaio estende sua mão para uma das crianças, mas seu olhar não se dirige a ela, tornando o cumprimento informal e distante. A mensagem transmitida é de fato a da “Missão”, como se a presença do homem branco europeu representasse a “salvação” daquelas crianças de sua condição de pobreza e doença. Mesmo que a imagem não revele pessoas doentes, a associação com a tuberculose é realizada pelo texto da chamada, demarcando assim dois dos ingredientes mais recorrentes nas imagens que circulam sobre a África no pós-colonial: a miséria e as doenças. E, neste caso, apenas a presença dos europeus poderia representar alguma esperança para mudar a situação dessas pessoas.

A “missão civilizadora” e a “salvação” dos africanos, iniciadas no século XIX, envoltas pelas lógicas do colonialismo e do racismo, portanto, deveriam continuar no século XXI. Só que agora, salvando os africanos não de sua suposta condição de incivilizados e pagãos, mas

<sup>10</sup> VISÃO, n. 736, 12 de abril de 2007.

de sua suposta inabilidade política e econômica. Essas características seriam as responsáveis pelos cenários tão desoladores visitados pelo ex-presidente português. Já os efeitos dramáticos da violenta experiência e da exploração coloniais europeias sobre a África não foram mencionados pelas chamadas ou mensagens da capa e nem pela reportagem no corpo da revista. Novamente, a ideia chave é a de que a única salvação para a África seria a ação europeia no continente, agora por meio dos programas de assistência médica ou cooperação nas mais diversas áreas. Mais uma vez, o discurso apresentado pela capa da revista reforça a lógica eurocêntrica e as novas expressões do colonialismo e do racismo.

### Os portugueses em África. “Para Angola, com força...”

Nesse segundo subgrupo de categorias das representações sobre a “África portuguesa”, identifiquei uma sequência de cinco capas<sup>11</sup> com mensagens muito similares, em edições publicadas entre 2006 e 2015. Todas enfatizavam uma temática em comum: a presença de portugueses em África e, nesse caso específico, em Angola. Excetuando o número publicado em março de 2006, as outras quatro revistas, editadas entre março de 2009 e julho de 2015, repercutem uma conjuntura marcada por três elementos principais: a crise econômica europeia do final da década de 2000; o conseqüente aumento de emigrantes laborais e de investimentos portugueses para fora da União Europeia; e, por fim, com o começo da recuperação econômica portuguesa e a crise angolana, o retorno de parte desses emigrados para Portugal.

Mesmo que tratem de um contexto contemporâneo, os discursos enunciados pelas capas e reportagens de *Visão* revelam a permanência de uma série de representações coloniais. A ideia transmitida é de que Angola teria voltado a ser (ou continuaria a ser, em um hiato temporal em relação ao fim das relações coloniais em 1975) um espaço para que os portugueses pudessem fazer fortuna ou ganhar a vida. Um espaço, talvez, a ser recolonizado (mesmo que apenas economicamente). Mais uma vez o foco não foi Angola, os angolanos ou

---

<sup>11</sup> Uma oitava capa poderia integrar esse grupo. Refere-se à da edição número 1077, publicada em 24 de outubro de 2013, mas que será analisada em um outro ensaio que está em fase de redação. A chamada daquele número abordava os possíveis efeitos da crise diplomática que envolvia o governo do presidente angolano José Eduardo dos Santos, o Ministério Público e o governo portugueses. Membros do MPLA e seus familiares eram acusados de atos de branqueamento de capitais e negócios escusos com empresários, bancos e empresas portuguesas. Mas o foco era nos efeitos que uma possível ruptura entre os dois países pudesse causar na economia combalida de Portugal e nos quase 200 mil portugueses a viver em Angola naquele momento (*Visão*, n. 1077, 24 de outubro de 2013).

a África, mas sim a presença de portugueses naquele país e continente. Pessoas e território africanos são apenas coadjuvantes para a ação ou o protagonismo europeu.

A edição número 682, de 30 de março de 2006<sup>12</sup>, apresentava a seguinte chamada: “A Nova Angola. O país de todas as oportunidades está a ganhar uma segunda vida. Atrás de



Revista *Visão*, nº 682, 30 de março 2006.  
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

um desenvolvimento galopante, portugueses e empresas nacionais regressam sem saudosismos”<sup>13</sup>. Parece evidente que o objeto da reportagem é informar aos leitores sobre o período de significativo crescimento econômico vivido por Angola, após o fim da guerra civil em 2002 e com o aumento da exploração e produção de petróleo. No entanto, a tentativa de reorganização do país, as necessidades de melhorias nas infraestruturas e as oportunidades de cooperação e investimentos aparecem como elementos-chave associados sempre às ações portuguesas na “ex-colônia”.

O foco da notícia é desviado dos eventos em curso naquele país africano para

destacar a participação portuguesa nesse novo momento da história de Angola. A ênfase na ação de empresas e investidores lusos aponta para isso. A guinada de direção – da África para Portugal – é reforçada pela fotografia que ilustra a capa. É uma composição de sentidos híbridos, formada tanto pelos antigos olhares coloniais como pela ideia de uma “Nova Angola” – traduzidos na eternização das belezas naturais e pela presença de uma família portuguesa a desfrutar dos novos tempos. Assim, de alguma forma, a fotografia utilizada noticia o fato de que o “paraíso perdido” pode ser reencontrado. Em comum com as representações dos tempos coloniais é a ênfase na presença de portugueses nos espaços

<sup>12</sup> Essa edição também foi analisada em investigação anterior, sendo esta a última da série histórica observada naquele trabalho. Faço aqui uso de parte do texto escrito anteriormente, com pequenos ajustes, já que, minha interpretação sobre essa capa continua similar àquela já realizada (OLIVA, 2010, p. 168-170).

<sup>13</sup> VISÃO, n. 682, 30 de março de 2006.

africanos (SILVA, 2014, p. 67-84), em contraste com o completo esquecimento ou papel secundário concedido aos angolanos.

Mesmo que a chamada secundária procure desmentir tal percepção, ao alertar que esse retorno está a ocorrer “sem saudosismos”, a mensagem final transmitida pelo conjunto formado pelo título, subtítulo e imagem indicam o contrário. A representação é de um retorno aos tempos “paradisiacos” da ocupação colonial (para os colonos, obviamente), ao desfrutar dos encantos naturais e econômicos de Angola.

As duas capas seguintes, reforçam o sentido de uma continuidade colonial ou de uma memória da colonização ainda estruturantes na forma dos portugueses pensarem Angola, associados a outros elementos discursivos. Na edição 836, publicada em 12 de março de 2009, a chamada da revista foi a seguinte: “Vamos todos para Angola? (100 mil portugueses já lá estão). Como a antiga colónia se tornou numa terra de oportunidades para quem foge da crise e do desemprego”<sup>14</sup>. A fotografia utilizada apresenta um publicitário português (como descrito na legenda na capa), segurando uma mala de viagem ainda com as etiquetas de identificação utilizadas pelas companhias aéreas, parado em uma avenida de Luanda. A ideia transmitida seria de uma chegada



Revista *Visão*, nº 836, 12 de março 2009.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

recente, mas a reportagem revela que o gestor está em Angola há quatro anos. Ao fundo, ainda na fotografia, observa-se um posto de abastecimento de combustíveis da empresa estatal de petróleo angolana, a *Sonangol*, e um conjunto de pessoas (supostamente angolanos) nas ruas e em veículos. A escolha do local da fotografia não parece ter sido acidental. A *Sonangol* é uma das mais poderosas empresas petrolíferas de África e do mundo, sendo

<sup>14</sup> VISÃO, n. 836, 12 de março de 2009.

Angola o segundo maior produtor de petróleo daquele continente. A empresa representa, portanto, oportunidades de emprego para engenheiros, geólogos, administradores e publicitários, entre outros campos profissionais, além da possibilidade de parcerias com as empresas desse setor.

Para além dos milhares de portugueses que já estariam vivendo em Angola no período, 100 mil segundo a revista (portanto, um número superior ao de angolanos vivendo em Portugal<sup>15</sup>), a chamada convoca ou interroga aos leitores: *Vamos todos para Angola?* A expressão lembra a frase proferida pelo ditador português Antônio de Oliveira Salazar, enunciada em 13 de abril de 1961, em discurso que marcava a reação pública do líder colonizador ao início da guerra de libertação: “Para Angola, rapidamente e em força!” (ALVES, 2017, p. 287-326). A expressão virou uma espécie de *slogan* da “guerra colonial” portuguesa.

Entre o convite, exibido na capa de *Visão*, e a convocação, presente no discurso do ditador português, restam diferenças óbvias. Apesar disso, percebe-se também uma mensagem similar: era preciso (possível) ir para Angola para salvar Portugal. Isso reforça a ideia de um retorno à África, só que agora com foco nas oportunidades de emprego e investimentos. Não nos esqueçamos que, em parte, essas oportunidades foram criadas não apenas pelo crescimento econômico angolano, mas também pelos efeitos do modelo colonial implementado por Portugal em África. Uma de suas violentas faces foi a ausência de oferta da educação superior abrangente ou de formação qualificada para os africanos (angolanos), mecanismo relacional que marcou a experiência colonial portuguesa na América e em África. Há uma perversa lógica colonial na percepção de que é possível ir à África (Angola), fazer fortuna ou se recuperar economicamente e voltar para a Europa. Ou ainda, de que, passadas quatro décadas da independência, o país não tenha conseguido formar os quadros técnicos suficientes. Ofertar educação básica para uma população em grande crescimento demográfico, construir universidades e formar quadros profissionais não é uma tarefa rápida e fácil de ser concretizada.

Além disso, a infiltração da colonização mental é tão poderosa que o próprio presidente angolano, João Lourenço, em visita à Portugal em novembro de 2018, exortou os empresários portugueses a investirem no país africano, utilizando a seguinte expressão: “os empresários portugueses devem fazer as malas e ir para Angola... em força” (PERES, 2018).

---

<sup>15</sup> Cerca de 30 mil angolanos residiam oficialmente em Portugal em 2007 (MACHADO, 2009, p. 135-165).

O político reconheceu que não gostava de usar a expressão por motivos históricos, mas, mesmo assim, o fez, utilizando de uma lembrança ou mensagem colonial.

Já no número 923, publicado em 11 de novembro de 2010, a chamada transmitia uma



Revista *Visão*, nº 923, 11 de novembro 2010.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

mensagem que consolidava a presença dos emigrantes/imigrantes portugueses e revelava os traços do cotidiano dos europeus na capital angolana: “A Nova Vida de Luanda. O cotidiano na cidade mais cara do mundo, 35 anos depois da independência de Angola. Os contrastes, os negócios e os portugueses”<sup>16</sup>. A fotografia escolhida para compor a capa apresentava um casal, formado pelo empresário português Luís Castilho e pela apresentadora de televisão angolana Vânia Vilela (nascida em Angola, mas que viveu grande parte de sua vida em Portugal). Ao fundo está a baía de Luanda, com alguns barcos e a cidade, em posição panorâmica. Prédios novos, em meio aos deixados pela presença colonial portuguesa, marcavam esse cenário urbano tão comum

nas fotografias sobre Luanda colonial e pós-colonial. O novo e o antigo se hibridizam, já que o texto lembra a condição de Angola ser uma ex-colônia portuguesa, junto com a ideia de uma nova Luanda, em parte construída e desconstruída no pós-colonial. O casal, formado por um homem branco europeu e uma mulher negra africana, faz referência a uma Angola cosmopolita, mas também ao imaginário colonial e a ideia de conquista dos corpos femininos africanos. Por fim, a chamada da capa também destaca os contrastes do que seria para um europeu viver em uma cidade africana com alto custo de vida, os negócios e a vida dos portugueses ali instalados. Repetidamente, o que importa é o lugar ocupado pelos europeus em África.

<sup>16</sup> VISÃO, n. 923, 11 de novembro de 2010.

As edições 1143 e 1168 encerram esse subgrupo de representações sobre a “África portuguesa”. Publicadas em janeiro e julho de 2015, noticiam o declínio da emigração portuguesa para Angola e o fim do novo “sonho africano” com a crise do petróleo.

O número 1143, que começou a circular no dia 29 de janeiro, veiculava as seguintes chamadas em sua capa: “Adeus Angola. Como a queda do preço do petróleo está já a afetar a vida dos portugueses em Luanda”; “A falta de dinheiro”; “Salários em atraso”; “O fim dos dólares”; “Os novos retornados”<sup>17</sup>. A reportagem abordava os impactos da queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional para a economia angolana e, mais atentamente, para os 200 mil portugueses e as centenas de empresas lusas instaladas no país africano. A fotografia escolhida volta a utilizar uma imagem de um jovem homem, possivelmente branco, representando um trabalhador ou empresário português que iria embora de Angola. Ele aparece parado de frente para a baía de Luanda, com uma mala ao lado, olhando para a cidade e seus vários edifícios em construção.

A foto foi retirada em um momento de crepúsculo, sinalizando, de forma metafórica, para o fim de um ciclo ou para o declínio de um período de crescimento ou boas perspectivas econômicas. Lembro que uma das primeiras capas utilizadas por *Visão* para abordar o novo ciclo da emigração portuguesa para a África, publicada em março de 2009, fazia uso de uma mensagem similar, representando um jovem empresário branco, só que a chegar em Luanda. A ideia de uma passagem transitória ou de rápido deslocamento é uma dessas marcas. Refazer a vida profissional ou investir em Angola parecem ser ações não permanentes. Os efeitos da crise para os angolanos parecem não importar. O foco é, novamente, sobre a experiência europeia em África.



Revista *Visão*, nº 1143, 29 de janeiro 2015.  
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

<sup>17</sup> VISÃO, n. 1143, 29 de janeiro de 2015.



Já a capa do número 1168, publicado em 23 de julho de 2015, associa a volta de uma



Revista *Visão*, nº 1168, 23 de julho 2015.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

parte dos emigrantes portugueses a um dos episódios finais mais marcantes do domínio colonial naquele país: os “retornados”. As cenas dos milhares de colonos portugueses embarcando nos aviões da TAP nos meses finais de 1975 e das dezenas de milhares de caixas com seus pertences no porto de Luanda ou na região de Belém, em Lisboa, são registros que deixaram (deixam) profundas marcas nas formas como os portugueses produzem suas narrativas sobre o final do período colonial.

A fotografia veiculada na capa dessa edição de *Visão* revela justamente um desses cenários, em 1975, com um grupo formado por quatro pessoas andando por entre as caixas, em um local que parece ser próximo à ponte 25 de abril, em Lisboa. A chamada da capa completa o

sentido comparativo: “Angola. O adeus repetido”. O título foi completado por dois subtítulos que registram os anos em comparação: “1975. O Meu regresso, texto inédito de Dulce Maria Cardoso”; e, “2015. Os novos retornados da crise do petróleo”<sup>18</sup>. A volta de milhares de emigrantes passou a ser um subterfúgio para uma longa reportagem sobre as memórias e narrativas daqueles(as) que viveram em Angola nos tempos coloniais e passaram pela experiência do “retorno” à Portugal nos meses que antecederam às independências de Angola e Moçambique. O discurso de *Visão* volta a enfatizar a memória ou a perspectiva de uma Angola e de uma África coloniais, onde a presença e a experiência dos portugueses e europeus devem ser prevaletentes às experiências e narrativas dos próprios africanos.

Em comum, as sete capas, de forma explícita por meio dos textos e das imagens, representam a África a partir das relações ou referências coloniais. Por exemplo, identifiquei nas chamadas de seis dessas revistas o emprego das seguintes expressões: “sem

<sup>18</sup> VISÃO, n. 1168, 23 de julho de 2015.

saudosismos”<sup>19</sup>, “missão em África”<sup>20</sup>, “antiga colônia”<sup>21</sup>, “35 anos depois da independência”<sup>22</sup> e “os novos retornados”<sup>23</sup> (aparece em dois números). Todas elas remetem diretamente as memórias coloniais ou a ideia de que Angola foi uma colônia portuguesa. Ou seja, o saudosismo dos tempos coloniais parece não ter arrefecido, apesar das quatro décadas do fim da experiência colonial portuguesa em África. As imagens utilizadas também reforçam essa mensagem, tornando-se o discurso marcante e dominante na narrativa construída pela revista sobre Angola e a África. Ao seu lado está a ideia da “missão civilizatória” e do papel salvador dos europeus, que se confundem com as ideias e lógicas racistas, eurocêntricas e colonialistas do final do século XIX e início do XX, agora reinventadas.

### Considerações finais

O teórico decolonial porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres (2007, p. 129-145), ao discutir as relações entre as categorias da “colonialidade do poder, do saber e do ser”, nos fornece um importante suporte reflexivo e interpretativo para compreendermos os efeitos da colonização no imaginário das sociedades que se envolveram nessas experiências históricas. A reprodução e circulação sistemática de discursos e imagens coloniais nas capas da revista *Visão* expressam, em diversos sentidos e de acordo com as categorias da colonialidade do poder e do saber, a continuidade de uma série de dispositivos representacionais que buscavam(am) negar a humanidade dos africanos e não reconhecer a complexa e plural história da África. Estratégia essa central na montagem dos circuitos escravagistas, racistas e colonialistas da modernidade europeia. Suas permanências nos regimes de representação sobre a África e os africanos na sociedade portuguesa, com um recente passado colonizador e racista, expressam ainda os efeitos da colonização das mentes, que possui um duplo sentido, afetando “colonizados” e “colonizadores”. Além disso, revelavam a (re)inscrição em um contexto pós-colonial das estratégias de subalternização e desumanização dos africanos, na tentativa de preservar hierarquias racistas e colonialistas, mesmo após a implosão do “império colonial” português. Maldonado-Torres sobre o tema afirma ainda que

---

<sup>19</sup> VISÃO, n. 682, 30 de março de 2006.

<sup>20</sup> VISÃO, n. 736, 12 de abril de 2007.

<sup>21</sup> VISÃO, n. 836, 12 de março de 2009.

<sup>22</sup> VISÃO, n. 923, 11 de novembro de 2010.

<sup>23</sup> VISÃO, n. 1168, 23 de julho de 2015 e VISÃO, n. 1143, 29 de janeiro de 2015.

As mesmas ideias que inspiram atos desumanos na guerra, particularmente, a escravidão, o assassinato e o estupro são legitimados na *Modernidade*, através da ideia de raça, e tais atos são gradativamente vistos como normais, em grande parte graças à alegada obviedade e natureza não problemática da escravidão negra e do racismo anti-negro. Negros, indígenas, e outros sujeitos "de cor", são aqueles que sofrem preferencialmente os atos viciosos do sistema. (...). Concretiza-se na produção de sujeitos liminares, que marcam o próprio limite do ser, isto é, o ponto em que o ser distorce o sentido e as evidências, a ponto de produzir um mundo onde a produção de sentido estabelecido supera a justiça. A colonialidade do ser produz a diferença ontológica colonial, o que faz exibir uma série de características existenciais fundamentais e imagens simbólicas. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 148-151)

Já Stuart Hall (2010, p. 299-304) nos lembra que existe uma profunda relação entre a forma como os meios de comunicação atuam e como o racismo se estrutura e se perpetua nas sociedades ocidentais. Essa conexão nos auxilia na compreensão do papel das ideologias colonial e racista na produção de discursos sobre a África e os africanos nas capas da revista *Visão*. Para o sociólogo jamaicano, os meios de comunicação “não são apenas uma poderosa fonte de ideias sobre a raça. São também um lugar no qual estas ideias são apresentadas, tornam-se convincentes, são transformadas e elaboradas” (HALL, 2010, p. 299-300). Outro importante trabalho ideológico realizado pela mídia é a sua interferência na forma como definimos e classificamos o mundo em categorias raciais e a maneira como se confundem as imagens de raça e os chamados problemas raciais. Isso torna-se explícito, por exemplo, na produção e publicação de textos literários sobre as aventuras coloniais publicadas nos jornais da Inglaterra entre os séculos XIX e XX (HALL, 2010, p. 301). Aqui, esse mecanismo, evidencia-se pela quase total invisibilidade concedida aos africanos nas notícias veiculadas.

É o que confirma o linguista holandês Teun van Dijk (1988, p. 154-158), ao defender que o discurso público sobre as minorias e a imigração, por exemplo, é um dos responsáveis pela reprodução da ideologia racista. E, quase sempre, ele é canalizado pelos meios de comunicação e reproduzido pelas conversações diárias, com ênfase no papel passivo e negativo relacionados a esses grupos. Dijk afirma que

Dessa forma, se confirmam os preconceitos existentes e se estimulam novos. Não são necessárias histórias racistas sensacionalistas para expressar e transmitir tais imagens. A seleção de histórias, a ênfase temática, as sutilezas estilísticas e as estruturas de relevância são suficientes para transmitir esta perspectiva, com a qual o público deve realizar um processo inferencial para descobrir os pressupostos e implicações explicitamente negativas. (DIJK, 1988, p. 159)

Quando analisamos as capas da revista *Visão* encontramos algumas dessas perspectivas. A reprodução de um discurso e de um regime de representações sobre a África a partir de uma condição colonial e dos africanos marcados pela ideia racista da inferioridade evidenciam-se fortemente. As narrativas e discursos que associam a África à condição ou às experiências da colonização são produzidos e explicitados pela escolha dos temas, das fotografias, dos títulos e das referências sobre aquele continente. A África, em especial os territórios e países que experienciaram a violenta relação colonial com os portugueses, é apresentada ou rememorada justamente como um espaço colonial, como um local no qual a presença europeia é mais relevante do que as próprias existências e experiências africanas. Ao silenciar sobre o protagonismo africano acerca da condução de suas histórias pós-coloniais ou associar sempre os espaços africanos às lógicas e memórias coloniais o periódico reproduz os discursos racistas e colonialistas que marcaram profundamente parte das relações históricas entre os portugueses e os africanos.

## Referências bibliográficas

### Fontes

- VISÃO, n. 276, 2 de julho de 1998.  
VISÃO, n. 682, 30 de março de 2006.  
VISÃO, n. 711, 19 de outubro de 2006.  
VISÃO, n. 736, 12 de abril de 2007.  
VISÃO, n. 836, 12 de março de 2009.  
VISÃO, n. 923, 11 de novembro de 2010.

VISÃO, n. 1077, 24 de outubro de 2013.

VISÃO, n. 1143, 29 de janeiro de 2015.

VISÃO, n. 1168, 23 de julho de 2015.

## Bibliografia

ALVES, Tânia; GARCIA, José Luís. “Para Angola, rapidamente e em força”: a mobilização para a guerra na imprensa portuguesa e o seu debate internacional. In: GARCIA, José Luís; ALVES, Tânia; LÉONARD, Yves. *Salazar, o Estado Novo e os Media*. Lisboa: Edições 70, p. 287-326, 2017.

CODINACH, Sònia Casas. África según National Geographic. Um análisis crítico del discurso (1989-2013). *Nova Africa*. Publicación del Centre D’Estudis Africans I Interculturals (CEA), Barcelona, n. 30, p. 1-12, julho de 2013.

DIJK, Teun A. van. El discurso y la reproducción del racismo. *Lenguaje en contexto* (Universidad de Buenos Aires), n.1 (1-2), p. 131-180, 1988.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

\_\_\_\_\_. *Sin garantías*. Trayectorias y problemática en estudios culturales. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2010.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença*. Relações Portugal-África, séculos XV-XX. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Herança Africana em Portugal*. Lisboa: Edições CTT, 2009.

\_\_\_\_\_. *Os Africanos em Portugal*. História e Memória, séculos XV-XXI. Lisboa: Comitê Português do Projeto UNESCO "A Rota do Escravo", 2011.

\_\_\_\_\_. Os africanos na sociedade portuguesa. In: RODRIGUES, José; RODRIGUES, Casimiro (Org.). *Representações da África e dos Africanos na História e Cultura*. Séculos XV a XXI. Ponta Delgada: CHAM, 2011a.

\_\_\_\_\_. *De Escravos a Indígenas*. O longo processo de instrumentalização dos africanos (séculos XV-XX). Lisboa: Caleidoscópio, 2019.

HENRIQUES, Joana Gorjão. *Racismo em Português*. O lado esquecido do colonialismo. Lisboa: Tinta da China, 2016.

\_\_\_\_\_. *Racismo no país dos Brancos Costumes*. Lisboa: Tinta da China, 2018.

MACHADO, Fernando Luís. Quarenta anos de imigração africana: um balanço. *Ler História*, n. 56, p. 135-165, 2009.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la Colonialidad del Ser: contribuciones al Desarrollo de un Concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (orgs.). *El giro decolonial*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MBEMBE, Achille. *Sair da Grande Noite*. Ensaio sobre a África Descolonizada. Luanda: Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pedagogo, 2014.

MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção da África*. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Luanda: Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pedagogo, 2013.

\_\_\_\_\_. *A ideia de África*. Luanda: Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pedagogo, 2013a.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África*. Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990-2005). Tese (doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. De indígena a imigrante. O lugar da África e dos africanos no universo imaginário português dos séculos XIX ao XXI. *Sankofa*, São Paulo, v. 3, p. 32-51, 2009.

\_\_\_\_\_. *Reflexos da África*. Ideias e representações sobre os africanos no imaginário ocidental, estudos de caso no Brasil e em Portugal. Goiânia: Editora da PUC-Goiás, 2010.

\_\_\_\_\_. Visões da África. Representações e ideias acerca do continente africano nas capas da Revista Visão (1993-2006). *Actas do 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, Centro de Estudos Africanos, ISCTE-IUL, Lisboa, v. I. p. 1-19, 2011.

\_\_\_\_\_. *Lições sobre a África*. Colonialismo e Racismo nas Representações sobre a África e os Africanos nos Manuais Escolares de História em Portugal (1990-2005). Curitiba: Appris, 2020.

PERES, Cristina. “Os empresários portugueses devem fazer as malas e ir para Angola... em força”. *Expresso*, Lisboa, 24.II.2018, disponível em: <https://expresso.pt/politica/2018-II-24-Os-empresarios-portugueses-devem-fazer-as-malas-e-ir-para-Angola.-em-forca>, acesso em: 13.II.2019.

PRIES, Ludger; BEKASSOW, Natalia. Discriminação e Racismo na União Europeia: diagnóstico de uma ameaça negligenciada e da investigação científica correspondente. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, n. 40, p. 176-211, set/dez 2015.

SILVA, Cristina Nogueira. O registo da diferença: fotografia e classificação jurídica das populações coloniais. In: VICENTE, Filipa Lowndes (org.). *O Império da Visão*. Fotografia no contexto colonial português. Lisboa: Edições 70, p. 67-84, 2014.

SOUSA GALITO, Maria. Emigração Portuguesa em Angola. *CI-CPRI, Centro de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais*, ISCTE-IUL, n. 22, p. 1-14, Junho de 2015.

**Recebido em: 14 de outubro de 2021.**

**Aprovado em: 16 de novembro de 2021.**